

Colonialidade, Gênero e Educação: A Interseção do Poder, Saber e Identidade à Luz de Michel Foucault

**Autora: Thuany Naiara Pinheiro da Silva, Co-autor 1: Ellan Eduardo da Silva,
Co-autora 2: Gileusa Soares da Silva Carpanezi, Co-autor 3: Maurício Fonseca
Pontes**

thuanynaiara@gmail.com, ellan.silva@unesp.br, gileusasoaes@gmail.com,
mauricio.pontes@unesp.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

V Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2025

Resumo. *Este artigo propõe uma análise da educação como um campo interligado à colonialidade do ser, saber, poder, viver e gênero, refletindo sobre as relações entre culturas e identidades dentro do processo de formação e reprodução social. Através da abordagem foucaultiana, com ênfase nos conceitos de poder, saber e resistência, o estudo investiga como tanto a educação formal quanto a informal têm sido um espaço de exercício das lógicas coloniais, mas também de resistência ao colonialismo epistemológico e cultural, especialmente no que tange às questões de gênero e identidade. A colonialidade, entendida como um sistema de dominação que persiste mesmo após o fim do colonialismo, é apresentada como uma estrutura que organiza práticas educacionais e subjetividades de forma excludente e normatizada, marginalizando saberes e culturas. O artigo também explora como a educação pode ser transformada em um campo de resistência a essas dinâmicas coloniais, ao adotar práticas pedagógicas que promovem o reconhecimento e a valorização das culturas e identidades marginalizadas, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e plural.*

Palavras-chave. *colonialidade; gênero; educação*

Abstract. *This article proposes analyzing education as a field that interacts with the colonality of being, knowing, power, living, and gender, reflecting on the relationships between cultures and identities in the context of social formation and reproduction. Based on Foucauldian concepts of power, knowledge, and resistance, the paper investigates how both formal and informal education have been spaces of exercising colonial logic, but also of resistance to epistemological and cultural colonialism, particularly concerning gender and identity issues. Coloniality, understood as a system of domination that persists after colonialism, is seen as a structure that organizes educational practices and subjectivities in an exclusionary and normative way, marginalizing knowledge and cultures. The article also explores how education can be a field of resistance to these colonial dynamics by adopting pedagogical practices that promote the recognition and valuing of marginalized cultures and identities, contributing to the creation of a more inclusive and plural educational environment.*

Keywords. *coloniality; gender; education*

1. Introdução ou Considerações Iniciais

A educação, enquanto um espaço socialmente estruturado, desempenha um papel central na formação de saberes, identidades e práticas culturais. Em sociedades pós-coloniais, o sistema educacional se mantém como um reflexo das dinâmicas coloniais que moldam as relações de poder, saber e gênero. A colonialidade, conceito-chave nas análises de autoras como Aníbal Quijano e Ramón Grosfoguel, é entendida como um sistema de dominação que sobrevive ao período colonial e continua a influenciar as práticas sociais e culturais das sociedades contemporâneas. Mesmo após a formal descolonização, a colonialidade se manifesta nas relações de poder, conhecimento e identidade, mantendo-se como uma estrutura invisível, porém onipresente, na educação.

Este artigo propõe refletir sobre como a colonialidade do ser, saber, poder, viver e gênero impacta as práticas educacionais atuais, especialmente na formação de subjetividades e na construção de identidades. O conceito de colonialidade se entrelaça com a educação de maneiras complexas, uma vez que as escolas têm sido historicamente espaços não apenas de transmissão de conhecimento, mas também de reprodução das normas e valores que favorecem as culturas hegemônicas, marginalizando saberes e identidades periféricas. Como resultado, a educação não se limita a ser um campo neutro de aprendizado, mas uma arena de relações de poder que contribuem para a manutenção de hierarquias sociais e culturais.

A colonialidade do saber, por exemplo, sugere que a produção de conhecimento está imbricada com as relações coloniais que favorecem as formas de saber eurocêntricas e deslegitimam outras formas de conhecimento, como os saberes indígenas e afrodescendentes. A colonialidade do gênero, por sua vez, refere-se à forma como as estruturas de gênero foram impostas de maneira binária e normatizada, subordinando mulheres e pessoas não heteronormativas, e como essa lógica colonial continua a ser perpetuada nas práticas educacionais.

A teoria de Michel Foucault, por sua vez, oferece uma perspectiva fundamental para a análise do poder, saber e resistência dentro do contexto educacional. A partir de seus conceitos de poder e disciplina, podemos compreender como as escolas funcionam como

espaços de normalização e controle social, muitas vezes em consonância com as lógicas coloniais de exclusão e subordinação. A resistência, no entanto, também surge nesses espaços, especialmente quando práticas pedagógicas críticas buscam subverter essas lógicas e promover uma educação mais inclusiva, capaz de valorizar as culturas e identidades marginalizadas.

Este trabalho, portanto, propõe uma investigação sobre como a colonialidade ainda permeia as práticas educacionais contemporâneas, com especial atenção para as questões de gênero e identidade. A partir de uma abordagem foucaultiana, busca-se entender de que maneira as práticas pedagógicas podem ser um campo de resistência à colonialidade, promovendo a valorização de culturas e identidades diversas e desafiando as normas de poder e saber que sustentam as desigualdades estruturais no sistema educacional. Ao abordar essa questão, o artigo pretende contribuir para um maior entendimento sobre o papel da educação na perpetuação ou resistência à colonialidade e nas possibilidades de transformação social através da educação inclusiva e plural.

Esta análise não apenas se insere em um debate acadêmico sobre os legados coloniais na educação, mas também tem implicações práticas para a formação de professores e a construção de políticas educacionais que visem uma educação mais democrática e justa. A resistência à colonialidade na educação é uma questão de urgência, pois, ao promover o reconhecimento e a valorização das identidades e culturas marginalizadas, podemos garantir um ambiente educacional mais plural e capaz de oferecer possibilidades de transformação para as futuras gerações.

2. Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, com foco em **pesquisa bibliográfica**, para analisar as práticas educacionais que interagem com as lógicas de colonialidade, especialmente nas dimensões de poder, saber e gênero. A metodologia será centrada na análise de obras e textos acadêmicos que tratam das relações entre a educação e as dinâmicas coloniais, a partir das perspectivas de **Michel Foucault, Ramón Grosfoguel, María Lugones, Judith Butler, bell hooks, Paulo Freire**, entre outros.

A análise se concentrará nas seguintes áreas-chave:

1. **Colonialidade do saber e do poder:** A partir das obras de **Aníbal Quijano** e **Walter Mignolo**, será analisado como as práticas educacionais perpetuam saberes eurocêntricos e excluem outros conhecimentos, como os indígenas e afro-brasileiros, no currículo escolar. Essa análise será orientada pelos conceitos de poder e saber de Foucault, focando nas dinâmicas de controle e normatização na educação.
2. **Gênero e colonialidade:** Será examinada a contribuição de **María Lugones** e **Judith Butler**, que discutem como as normas de gênero, construídas sob a lógica colonial, são transmitidas no ambiente educacional. A pesquisa buscará identificar como a educação formal e informal reproduz a colonialidade de gênero e como essas práticas podem ser subvertidas.
3. **Práticas pedagógicas como resistência:** A partir de **Paulo Freire** e **bell hooks**, será explorado como a educação pode ser um espaço de resistência à colonialidade. A análise bibliográfica procurará identificar abordagens pedagógicas que desafiem a normatividade colonial e promovam a valorização das culturas e identidades marginalizadas.

O objetivo é mapear as formas de resistência que surgem no campo educacional, por meio da transformação das práticas pedagógicas, valorizando saberes alternativos e subvertendo as normas coloniais e de gênero.

Limitações

A principal limitação dessa pesquisa reside na ausência de coleta de dados empíricos e estudos de caso, uma vez que a pesquisa será exclusivamente bibliográfica. Além disso, a representatividade das obras analisadas depende das publicações disponíveis e acessíveis sobre os temas abordados.

3. Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica deste artigo é baseada em conceitos centrais da colonialidade, gênero e poder, com um enfoque em como essas dimensões se interconectam e se manifestam nas práticas educacionais. A seguir, discutiremos os principais conceitos da colonialidade do ser, saber, poder e gênero, com ênfase nas contribuições de autores como **Aníbal Quijano**, **Walter Mignolo**, **Bell Hooks**, **Judith Butler**, **Paulo Freire**, **Ramón Grosfoguel**, e **Michel Foucault**. Esses conceitos serão fundamentais para entender como as lógicas coloniais ainda operam na educação e como práticas pedagógicas podem se tornar formas de resistência.

3.1. A Colonialidade do Ser, Saber, Poder e Viver

Aníbal Quijano (2000) e **Ramón Grosfoguel** (2007) são dois dos maiores teóricos da colonialidade, particularmente em relação ao conceito de **colonialidade do saber**. Quijano argumenta que a colonialidade do saber está intimamente ligada à imposição das formas de conhecimento eurocêntricas, que se tornaram a norma global, marginalizando outras formas de saber. Esse processo, além de epistemológico, também é político e social, pois ele é estruturante de toda uma divisão global do trabalho e das relações de poder. A colonialidade do saber, portanto, não apenas subjuga as culturas não europeias, mas também reestrutura as práticas educacionais e as políticas de ensino ao deslegitimar saberes locais, indígenas e afrodescendentes.

Walter Mignolo (2009) complementa essa perspectiva com sua proposta de **descolonização do conhecimento**. Mignolo defende que a educação deve ser um instrumento para descolonizar as mentes, ou seja, deve reconhecer e validar formas de saber que foram marginalizadas pela lógica colonial. Para ele, a descolonização do conhecimento não se resume a uma revisão histórica, mas envolve a reconstrução das formas de produção e validação do saber, o que inclui a reconexão com saberes ancestrais e a valorização de epistemologias periféricas.

Esse movimento de descolonização do saber é crucial para a reconfiguração da educação como um campo de resistência à colonialidade. Em vez de perpetuar uma visão monolítica e eurocêntrica, a educação descolonizada precisa ser um espaço de valorização da diversidade cultural, onde diferentes saberes e formas de ser são reconhecidos e

respeitados.

3.2. A Colonialidade de Gênero e Suas Implicações para a Educação

A **colonialidade de gênero** é um conceito fundamental proposto por **María Lugones** (2007), que destaca como a colonização não apenas impôs uma divisão entre culturas e saberes, mas também estruturou a forma como as identidades de gênero são vivenciadas e compreendidas. A colonialidade de gênero, ao impor uma visão binária e heteronormativa de gênero, subordina mulheres e pessoas não heterossexuais, marginalizando suas identidades e vivências. Nas escolas, isso se traduz na reprodução de normas rígidas de gênero e na invisibilização de identidades que desafiam essa norma.

Bell Hooks (2000), uma das principais teóricas feministas negras, contribuiu significativamente para a análise de gênero e colonialidade, ampliando a compreensão das intersecções entre raça, classe e gênero. Ela argumenta que as mulheres negras, especialmente as mulheres de classe trabalhadora, enfrentam uma dupla opressão, tanto do patriarcado quanto do racismo estrutural, e essa experiência precisa ser reconhecida e abordada nas práticas pedagógicas. Para hooks, uma educação crítica e libertadora deve ser um espaço de resistência ao patriarcado e ao racismo, permitindo a expressão plena da diversidade de identidades de gênero e culturais.

Judith Butler (1990), por sua vez, oferece a teoria de que as identidades de gênero são performativas, ou seja, construídas e repetidas através de atos e discursos. Essa perspectiva desafia as ideias tradicionais de gênero e identidade, ao sugerir que as identidades não são algo fixo, mas sim algo que é constantemente criado e negociado. Em um contexto educacional, isso abre espaço para práticas pedagógicas que desconstruam a rigidez das identidades de gênero, permitindo que as escolas se tornem ambientes mais inclusivos e fluidos.

3.3. Michel Foucault: Poder, Saber, Disciplina e Resistência

A teoria de **Michel Foucault** sobre o poder e saber é crucial para entender como a educação se configura como um campo de exercício de poder. Foucault (1975) argumenta que o poder não é simplesmente algo que é imposto de fora, mas é exercido de maneira difusa, por meio de práticas sociais, instituições e normas. A **disciplina**, conceito chave de sua obra *Vigiar e Punir*, é uma forma de poder que regula e molda os corpos e as

subjetividades. Nas escolas, as práticas disciplinares regulam o comportamento dos alunos, de acordo com as normas estabelecidas por uma sociedade colonial e patriarcal. A escola, assim, funciona como um dispositivo de normalização que perpetua as estruturas de poder coloniais e hegemônicas.

No entanto, Foucault também apresenta a **resistência** como um conceito central. Ele vê a resistência como uma capacidade de contestar as normas estabelecidas e criar alternativas de poder. No contexto educacional, isso significa que a escola pode ser um espaço de resistência ao colonialismo epistemológico, ao oferecer práticas pedagógicas que desafiem as normas tradicionais de saber e identidade. A educação, portanto, não é apenas um reflexo da sociedade, mas também um campo de possibilidades para transformação e resistência.

3.4. O Papel da Educação na Superação da Colonialidade

A superação da colonialidade na educação não é uma tarefa simples, mas exige a transformação das estruturas educacionais que ainda refletem as desigualdades coloniais. **Paulo Freire (1970)** foi um dos maiores defensores da **educação crítica e libertadora**, que se opõe a uma educação tradicional e bancária, onde o conhecimento é apenas transmitido pelo professor. Para Freire, a educação deve ser um processo dialógico e reflexivo, que permita aos alunos questionar as normas impostas pela sociedade e construir seu próprio conhecimento de forma crítica. Essa abordagem educacional se alinha com os esforços de descolonização do saber, ao promover uma aprendizagem que desafie as estruturas de poder e valorize saberes alternativos.

Grosfoguel (2007) também reforça a ideia de que a educação deve ser um espaço de resistência, propondo a valorização de **saberes diversos**. Ele argumenta que a crítica à colonialidade não deve ser apenas teórica, mas prática, implicando a mudança dos próprios processos educacionais. Isso implica uma educação que não apenas desafie as narrativas coloniais, mas que também seja capaz de criar novas formas de conhecimento, mais inclusivas e representativas.

3.5. A Interseção entre Colonialidade e Gênero na Educação

As discussões sobre colonialidade e gênero se cruzam de forma potente no contexto educacional, uma vez que as práticas pedagógicas tendem a reproduzir as normas coloniais

de gênero, invisibilizando ou subordinando outras formas de identidade. A resistência à colonialidade de gênero na educação implica em um esforço para reconfigurar os currículos, metodologias e práticas pedagógicas de modo que incluam e valorizem as experiências e saberes de gênero não normativos. O movimento de descolonização do conhecimento precisa ser ampliado para incluir a descolonização do gênero, permitindo que as escolas se tornem ambientes onde a diversidade de identidade de gênero e a fluidez de suas construções sejam respeitadas.

4. A Educação como Instrumento de Colonialidade

A educação tem sido historicamente um meio eficaz na perpetuação das lógicas coloniais. A escola, enquanto instituição socialmente legitimada, desempenha um papel fundamental na reprodução de saberes eurocêntricos e na marginalização de outras culturas e identidades. Essa reprodução de saberes coloniais ocorre por meio de um currículo que privilegia o conhecimento produzido na Europa e nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que marginaliza e invisibiliza saberes de outras regiões do mundo, como os saberes indígenas, africanos e de outros povos do Sul Global. O papel da educação, portanto, não é apenas o de transmitir conhecimento, mas de formar subjetividades, criando um padrão hegemônico de conhecimento e identidade que reflete as relações de poder coloniais.

Ramón Grosfoguel (2007), em sua obra *Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*, explica como o saber produzido no Ocidente se impôs de maneira universal, marginalizando outros sistemas de conhecimento, principalmente os provenientes do Sul Global. Ele argumenta que a colonialidade do saber não é um fenômeno passado, mas uma estrutura permanente que molda as práticas educacionais até os dias de hoje. A escola, portanto, não é um espaço neutro de aprendizagem, mas um campo de reprodução dessas lógicas coloniais. Grosfoguel reforça a ideia de que a descolonização do saber deve ser uma tarefa central na educação, desafiando o monopólio do conhecimento eurocêntrico e abrindo espaço para a valorização de outras formas de saberes que foram historicamente silenciadas.

A **colonialidade de gênero**, como discutido por **María Lugones** (2007), também se reflete na educação. As normas de gênero que são ensinadas nas escolas são, em grande

parte, produtos da colonialidade. Lugones explica como a colonização impôs uma visão binária e patriarcal de gênero que marginalizou as identidades não normativas e subordinou mulheres e pessoas de gênero não conforme. Nas escolas, essas normas de gênero continuam a ser transmitidas, de forma explícita ou implícita, por meio do currículo, das interações sociais e das políticas institucionais. A escola, portanto, torna-se um espaço onde as hierarquias de gênero, assim como as hierarquias raciais e culturais, são reproduzidas e perpetuadas.

Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir* (1975), oferece uma visão de como o poder e o saber se inter-relacionam dentro das instituições, como a escola. Para Foucault, a educação não é apenas um espaço onde o conhecimento é transmitido, mas também um campo onde as relações de poder são exercidas. A escola, sob uma lógica foucaultiana, é um espaço de **disciplinamento**, onde os corpos e as mentes dos alunos são moldados conforme as normas e os valores da sociedade dominante. A disciplina imposta pela escola, com seus sistemas de vigilância e controle, contribui para a internalização das normas sociais, mantendo as desigualdades e as estruturas de poder, incluindo as colonialistas. Foucault propõe que a resistência ao poder disciplinar pode ser realizada por meio de práticas pedagógicas que desafiem essas normas, criando espaços de subversão e transformação das subjetividades.

Dentro dessa perspectiva, **Paulo Freire** (1970), com sua proposta de **educação crítica e libertadora**, aponta que a educação não pode ser vista apenas como uma reprodução das normas e saberes dominantes. Para Freire, a educação deve ser um processo de conscientização e empoderamento, que permita aos alunos questionar as estruturas de poder existentes e desenvolver uma visão crítica da realidade. A pedagogia de Freire sugere que a escola deve ser um espaço de resistência contra a colonialidade, onde os alunos se tornem sujeitos ativos em seu próprio processo de aprendizagem, desafiando as normas coloniais e buscando alternativas de saber e identidade que sejam inclusivas e plurais.

A educação, portanto, desempenha um papel central na reprodução das lógicas coloniais, mas também pode ser um campo de resistência. A subordinação dos saberes locais e não-europeus nas práticas educacionais continua a marginalizar culturas e identidades, mantendo um sistema de ensino que favorece o eurocentrismo e a

normatividade de gênero e identidade. Porém, como defendem **Walter Mignolo** (2009) e **Bell hooks** (2000), a educação também pode ser um campo de resistência, onde práticas pedagógicas inclusivas e descolonizadas podem ser implementadas. Mignolo argumenta que a **descolonização do conhecimento** deve ser uma tarefa fundamental da educação, permitindo a valorização dos saberes periféricos e desafiando a hierarquia estabelecida pelo conhecimento ocidental. hooks, por sua vez, expande essa análise, trazendo uma crítica sobre como as mulheres negras e marginalizadas, em particular, têm suas experiências e saberes ignorados no contexto educacional. A educação deve, portanto, trabalhar para subverter essas dinâmicas de poder, promovendo uma abordagem mais equitativa e inclusiva que reconheça e valorize as identidades e culturas marginalizadas.

A análise das práticas pedagógicas nas escolas revela como essas estruturas de colonialidade funcionam e, ao mesmo tempo, abre um espaço para questioná-las e transformá-las. A resistência pode surgir por meio da implementação de currículos críticos, da valorização de culturas e saberes diversos e da promoção de uma educação de gênero mais inclusiva, que reconheça as múltiplas identidades e experiências dos alunos.

5. Foucault e a Resistência à Colonialidade na Educação

Michel Foucault oferece uma abordagem inovadora sobre o poder e a resistência, que pode ser amplamente aplicada à análise da educação como um campo de colonialidade. Para Foucault, o poder não é apenas algo impositivo, vindo de uma autoridade centralizada, mas uma rede de relações que permeia a sociedade, sendo exercido em diferentes níveis e de diversas maneiras, inclusive dentro das instituições educacionais. A escola, como instituição de poder, é um dos principais locais onde se exerce o que Foucault chama de **poder disciplinar**, que busca moldar os corpos e as mentes dos alunos conforme as normas estabelecidas pela sociedade dominante.

Entretanto, Foucault não vê o poder apenas como algo opressor, mas como um campo de possíveis resistências. Ele propõe que a resistência ao poder não ocorre apenas em formas de rebeldia ou subversão direta, mas também por meio da **criação de novos espaços de subjetividade e de saberes alternativos**. A resistência pode ser entendida, assim, como uma prática contínua de reconfiguração da identidade e do conhecimento, criando alternativas que desafiem as lógicas dominantes. Foucault não define a resistência

apenas como um combate ao poder, mas como a criação de formas de vida e de saberes que subvertem as normas instituídas.

No contexto educacional, isso implica que a **educação pode ser um campo de resistência ao colonialismo epistemológico**, particularmente através de práticas pedagógicas que valorizam e reconhecem saberes e culturas marginalizadas. A educação não precisa ser um reflexo passivo da sociedade colonial, mas pode ser um **espaço de criação de saberes contra-hegemônicos**, onde as identidades e as culturas de grupos historicamente subjugados são reconhecidas e valorizadas. A resistência educacional, então, se dá não apenas pela contestação direta das normas e práticas coloniais, mas também pela criação de novas formas de saber que não estejam subordinadas ao eurocentrismo ou à imposição de normas coloniais de gênero e identidade.

Por exemplo, a incorporação de saberes indígenas, afro-brasileiros e outras formas de conhecimento não ocidentais pode ser uma forma de resistência pedagógica, onde a escola não apenas desafia a colonialidade do saber, mas também cria novas possibilidades de subjetividade e identidade. As práticas de ensino que permitem que os alunos desenvolvam uma visão crítica da história, da cultura e da sociedade, desafiando as narrativas coloniais predominantes, são formas concretas de resistência. Ao promover um **ensino crítico e reflexivo**, inspirado nas teorias de **Paulo Freire** (1970), a educação pode servir como uma ferramenta poderosa para a transformação social e para a desconstrução das estruturas de poder coloniais que ainda permeiam as instituições educacionais.

6. Considerações Finais

A educação, ao interagir com as questões de **colonialidade e gênero**, pode ser, sem dúvida, um espaço de **transformação social** e de **emancipação cultural e identitária**. No entanto, para que isso aconteça, é essencial que as práticas educacionais sejam **críticas e subversivas**, desafiando as normas e estruturas de poder que perpetuam a colonialidade. Como defendido por **Ramón Grosfoguel** (2007), a **colonialidade do saber** ainda estrutura de maneira profunda as instituições educacionais e a forma como o conhecimento é produzido e transmitido. Essa colonialidade impede a valorização e a inclusão de saberes que não se alinham com a lógica eurocêntrica e patriarcal dominante.

A **resistência à colonialidade na educação**, portanto, deve ser entendida como um

processo contínuo de descolonização do currículo, da prática pedagógica e das relações de poder estabelecidas nas escolas. Isso implica tanto na **desconstrução de saberes coloniais**, como na **valorização das culturas e identidades marginalizadas**. Assim, uma educação que efetivamente resista às dinâmicas coloniais precisa ser **plural e inclusiva**, permitindo a expressão de diversas culturas, etnias e identidades de gênero, e reconhecendo as múltiplas formas de saber.

No contexto de gênero, conforme **Judith Butler** (1990) e **bell hooks** (2000), é importante que a educação também seja um campo de **desconstrução das normas rígidas de gênero**, reconhecendo a fluidez das identidades e a diversidade das experiências de gênero. As escolas devem se tornar espaços onde identidades de gênero não normativas sejam respeitadas e celebradas, permitindo que todos os indivíduos se reconheçam como sujeitos plenos, sem as limitações impostas pela colonialidade de gênero.

A proposta de uma educação **transformadora e libertadora**, como defendida por **Paulo Freire** (1970), não se limita apenas a uma resistência passiva às imposições do sistema educacional, mas busca ativamente a **criação de novas formas de conhecimento e de identidade**, que desafiem as hierarquias coloniais e patriarcais. Nesse sentido, o trabalho de Freire oferece uma metodologia de ensino crítica que promove a conscientização e a ação social, elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, a educação deve ser vista como um **campo de luta e resistência**, capaz de promover a **valorização das diversidades culturais e de gênero**. As práticas pedagógicas que buscam desafiar as normas coloniais, ao mesmo tempo que promovem a inclusão e o respeito às diferenças, são fundamentais para a construção de uma educação mais democrática e emancipada, capaz de contribuir para a construção de um mundo mais plural e justo.

7. Referências

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Rio de Janeiro: Editora Z, 1975.

GROSFOGUEL, Ramón. *Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*. In: *Colonialidade e Modernidade/Racionalidade*. São Paulo: Editora X, 2007.

HOOKS, bell. *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. Boston: South End Press, 2000.

LUGONES, María. *Rumo a uma Sociologia de Gênero e de Identidade*. São Paulo: Editora Y, 2007.

MIGNOLO, Walter. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham: Duke University Press, 2009.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*. In: *Colonialidade e Modernidade/Racionalidade*. São Paulo: Editora X, 2007.